



**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

**Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**

05

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 286693-7/02**

**EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO**

**PROCURADORA: ROSANA LOWESNTEIN FEITOSA**

**EMBARGADO: JOANA FELIX DE MELO**

**DEFENSORA PÚBLICA: CRISTINA SAKAKI**

**RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÕES OU CONTRADIÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. DESCABIMENTO. VIA INADEQUADA. EMBARGOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.**

1. Da literalidade da Ementa do Acórdão vergastado, bem como do voto exarado por esta Relatoria, pode-se inferir que esta Câmara Cível discutiu e apreciou, detidamente, todos os argumentos desenvolvidos pelos litigantes quando do julgamento do Recurso em apenso. No que se refere à alegação de omissão quanto à análise arts. 5º e 196 da CF/88, o acórdão exarado, por ocasião do julgamento, trata expressamente sobre os referidos dispositivos.

2. Omissio é o julgado que silencia a respeito de questões relevantes ventiladas pelas partes, não se imputando tal vício à decisão que, ainda que implicitamente, rechaça argumento suscitado, qual seja a sucumbência do Estado tendo em vista as contrarrazões do Apelo, adotando conclusão logicamente incompatível com a premissa argüida. Portanto, não vulnerados arts. 2º, 5º, 37, *caput* e XXI, e 196 todos da CF/88.

3. Não se deve confundir omissão com inconformismo, voltado para a rediscussão do mérito da causa. Para que se configure a omissão do julgado, necessário se faz que ela se funde sobre o julgado em si, e não com base na tese defendida pela parte interessada. O simples fato de a lide ser decidida sem que fossem acolhidos os argumentos alegados pelo embargante não configura a incidência de ao menos uma das hipóteses do art. 535 do CPC.

4. Embargos conhecidos e no mérito rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 286693-7/02, acima referenciado, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em NEGAR PROVIMENTO aos embargos declaratórios em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 26 de março de 2013.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**  
Relator



152

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

**Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**

05

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**  
**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 286693-7/02**  
**EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PROCURADORA: ROSANA LOWESNTEIN FEITOSA**  
**EMBARGADO: JOANA FELIX DE MELO**  
**DEFENSORA PÚBLICA: CRISTINA SAKAKI**  
**RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Estado de Pernambuco contra o acórdão exarado no Mandado de Segurança nº 286693-7, cujo julgamento foi pela concessão da segurança.

Recurso tempestivamente interposto.

Vem, agora, o embargante, apresentar sua irresignação, alegando omissão sobre a aplicação ao caso dos autos dos seguintes dispositivos constitucionais: arts. 2º, 5º, 37, *caput* e XXI, e 196 todos da CF/88.

Requer pronunciamento expresso, inclusive para fins de prequestionamento.

É o que de relevante se tem a relatar.

**VOTO**

Da literalidade da Ementa do Acórdão vergastado, bem como do voto exarado por esta Relatoria, pode-se inferir que esta Câmara Cível discutiu e apreciou, detidamente, todos os argumentos desenvolvidos pelos litigantes quando do julgamento do Recurso em apenso.

Em verdade, visa o embargante à reapreciação das questões já analisadas quando da concessão da segurança pleiteada, não havendo omissão, contradição ou obscuridade, no Acórdão recorrido, mas sim decisão contrária ao embargante.

No que se refere à alegação de omissão quanto à análise dos arts. 5º, *caput* e 196 da CF/88, o acórdão exarado assim dispõe:

"5. A certeza e liquidez decorrem da sobejamente demonstrada sonegação de direitos de dignidade constitucional: à vida (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e à saúde (art. 6º, *caput*).

6. Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação. A execução de ditas políticas sociais e econômicas protetivas da saúde vincula-se aos planos e programas que devem assegurar ao indivíduo e à coletividade tudo aquilo que possa ser considerado essencial para a satisfação da saúde física, mental, psicológica, moral e social, aí inseridos o fornecimento gratuito de medicamentos e a disponibilização de leitos em hospitais."



16

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

**Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo****05**

Omisso é o julgado que silencia a respeito de questões relevantes ventiladas pelas partes, não se imputando tal vício à decisão que, ainda que implicitamente, rechaça argumento suscitado. Portanto, não vulnerados arts. 2º, 5º, 37, *caput* e XXI, e 196 todos da CF/88.

Frise-se, no caso dos autos, pretende o embargante rediscutir a matéria, amplamente apreciada, nos autos do Mandado de Segurança. Embargos declaratórios não se prestam para esse fim.

Isso porque, não se deve confundir contradições com inconformismo. Se as considerações tomadas naquele julgado restaram desfavoráveis às pretensões do ora embargantes, devem eles se valer das vias recursais adequadas ao seu intento reformulador e não opor estes aclaratórios, cuja natureza é, por essência, integrativa, ressaltando que a sugerida contradição existente naquele julgado não se funda sobre ele em si, mas sim no próprio mérito do recurso dantes manejado.

Por outro lado, se a decisão não fez justiça ao embargante, o recurso cabível para reformá-la é outro. Embargos declaratórios não se prestam para tal fim. Válida, nesse particular, a transcrição de julgado da lavra do Des. Jones Figueirêdo (ED nº 51828-7/01):

Processual Civil. Embargos Declaratórios. Obscuridade, contradição e omissão. Inexistência. Rejeição. - Ao julgador impõe-se, tão-somente, deixar expressa a necessária fundamentação do decisório, dispensando-se-lhe de analisar a controvérsia sob o enfoque sustentado pelo embargante. - O órgão judicial não está obrigado a tecer considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes; a fundamentação exigida pelo texto legal é, apenas, a que se referir aos elementos presentes na formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão. Esta relatoria, contudo, analisou todos os pontos expostos, em nada se omitindo. - Os embargos declaratórios prestam-se a esclarecer, se existentes, omissões, obscuridades ou contradições no julgado, mas jamais para que este último se adapte ao entendimento do embargante. - Embargos rejeitados, à unanimidade de votos.

E ainda,

Processual Civil. Art. 535 CPC. Embargos de declaração interposto contra acórdão proferido em apelação cível confirmatório de decisão do juízo a quo. 1. Embargantes que indicam a título de omissão/contradição/obscuridade matérias afetas ao mérito do decisum. 2. Ausência de pressupostos legais. meio inidôneo para reexame de questões de fundo. 3. Embargos rejeitados. Decisão unânime. (Embargos de Declaração nº 107936-5/01, 4ª Câmara Cível TJPE, Rel. Des. Eloy D'Almeida Lins, julgado em 08/06/06)

Neste sentido, trago à baila recentes julgados do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

Ementa: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. MILITAR. REFORMA. INVALIDEZ. NEXO CAUSAL. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. **Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. (...)** 3. Recurso especial conhecido e improvido. (Resp



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

**Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**

05

691418 / RJ ; Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA; 5ª Turma; TURMA; DJ 28.05.2007);

Ementa: EXECUÇÃO. PAGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO À CORTE A QUO. ART. 535, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. SÚMULA 182/STJ. I - **Não há violação do artigo 535, II, do Código de Processo Civil, em razão da rejeição do embargos declaratórios, quando as questões relevantes ao deslinde da causa foram devidamente enfrentadas, restando expostas as razões de convencimento do órgão julgador a quo. Para a completa prestação jurisdicional, como é cediço, não é necessário se esgotarem todas as teses levantadas pelas partes. (...) III - Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 909470 / SP ; Rel. Min. Francisco Falcão; 1ª Turma; DJ 24.05.2007);**

Ementa: PRELIMINAR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS - INADMISSIBILIDADE NA VIA EXCEPCIONAL - Nos termos do art. 535, incisos I e II, do CPC, os embargos de declaração são cabíveis somente quando houver, na decisão recorrida, obscuridade, contradição ou omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado. No caso, não se fazem presentes nenhuma das hipóteses - Não se presta a via excepcional a impugnação de ordem constitucional, ainda que com o intuito de prequestionamento - Precedentes - (...) - **O tema em debate foi apreciado nos termos em que proposto o litígio, levando-se em consideração os aspectos jurídicos reputados suficientes para embasar a referida decisão, dentro dos limites que ensejariam a entrega da prestação jurisdicional - (...) - O inconformismo do recorrente com o decidido pelo r. julgado não se confunde com omissão, contradição ou obscuridade - EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. (EDcl nos EDcl no CC 45572 / RJ ; Rel. Min. MASSAMI UYEDA; 2ª SEÇÃO; DJ 17.05.2007).**

Ante o exposto, voto no sentido de rejeitar os embargos opostos, face a inexistência de qualquer vício ínsito no art. 535 do CPC.

É como voto.

Recife, 26 de março de 2013.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator